# Educação antirracista e Educação Infantil: pensando caminhos, (des)construindo trajetórias.

***A carne mais barata do mercado é a carne negra,***

***Que vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico,***

***Que vai de graça pro subemprego e***

***Pros hospitais psiquiátricos***

O presente artigo apresenta a trajetória de uma creche e pré-escola Cantinho Feliz de Santa Teresa, conveniada à prefeitura do Rio de Janeiro, vinculada à ONG Instituto Trilho e localizada no bairro de Santa Teresa e que atende à cem crianças em condição de vulnerabilidade entre 2 e 6 anos de idade, no período que se sucede à pandemia da COVID 19, no que diz respeito à aplicabilidade da Lei 10.639/03 que passa a incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", tornando-se um mecanismo importante de enfrentamento ao racismo estrutural e visando promover mudanças na forma de educar.

Relatarei aqui a experiência vivida nos anos de 2022 e 2023 entre o Instituto Trilho e o Instituto Promundo, de modo a apontar caminhos e ações possíveis em espaços de Educação Infantil e nos primeiros anos do primeiro segmento do ensino fundamental na aplicabilidade da Lei 10639/03 tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino.

Abordarei aqui as ações propostas à toda comunidade escolar (professores, gestores, funcionários, alunos e familiares) que permitiram diálogos, debates, trocas de experiências e fazeres pedagógicos de real enfrentamento ao racismo historicamente instituído e estruturado em nossa sociedade, contribuindo de forma positiva com mudanças de comportamento dos indivíduos e gerando impactos em micro estruturas, tais como as famílias e a própria instituição, no que diz respeito ao reconhecimento e combate ao racismo, destacando sobretudo a importância do papel das crianças na sociedade, entendendo-as como detentoras de conhecimentos e multiplicadoras de saberes dentro e fora dos espaços educativos, no convívio com seus familiares e pertencentes a um contexto social. Além disso, busca-se propor uma reflexão sobre a atuação e importância da Educação Infantil e a sua contribuição para a identificação, valorização dos sujeitos e também na construção das identidades infantis, além de favorecer para o reconhecimento da trajetória dos diferentes povos que formam um país e contribuir para a construção de um sentimento de pertencimento dos negros na sociedade. Pretende-se através do relato dessa experiência, contribuir para o fomento de ações e implementação de políticas de combate ao racismo que atendam às demandas de outras instituições de Educação Infantil da Rede Pública ou privada de ensino.

Palavras chave: educação Infantil, antirracismo, necropolítica, cultura, infância.

**Introdução**

Nunca se ouviu falar tanto de racismo e a necessidade de combatê-lo veementemente. Os veículos de comunicação, sobretudo as redes sociais, denunciam a todo tempo situações em que o racismo se faz presente e consequentemente nos coloca frente ao debate sobre esta temática, fazendo-se urgente ações, protagonizadas em diferentes esferas (sociais, culturais, políticas, jurídicas, econômicas e éticas) que efetivamente façam frente ao racismo, de forma a extirpá-lo e combatê-lo de maneira dura e consistente.

O racismo é uma das variáveis que compõem as chamadas Experiências Adversas na Infância (CDC, 2019). A experiência de ser criança negra no Brasil ocorre na adversidade do racismo brasileiro e essas crianças podem enfrentar maior exposição ao estresse tóxico por traumas e a situações de pobreza devido ao racismo.

No ano de 2003 foi implementada a Lei 10,639/03 que passa a incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", tornando-se um mecanismo importante para corrigir esse cenário educacional instituído numa cultura machista e preconceituosa e possibilitar mudanças na forma de educar. Além disso, também representou um marco importante no aspecto legal da luta antirracista.

A sociedade brasileira foi a última do planeta a abolir a escravidão. No entanto, desde a época da senzala, o racismo em nosso país permanece atuante em suas várias facetas, estruturando a sociedade, sendo manejado de forma a perpetuar-se e adaptar-se às mudanças sociais, vitimizando de várias formas homens e mulheres, adultos e crianças pela coloração da sua pele. Velhos hábitos que assolam o cotidiano e que provocam o extermínio do povo preto na produção de uma degradação ética, moral, social, afetiva, psíquica, econômica e institucional, configurando em uma necropolítica que torna natural a negação do direito de existir do povo negro e determina quem deve viver e morrer em nossa sociedade.

Para pensar uma educação antirracista, é necessário, antes de tudo, reconhecer a existência do racismo e de uma necropolítica, pois somente saindo da negação se faz possível refletir sobre os impactos que justificam a existência ou a tentativa de exterminar a ambos.

Como nos aponta Kilomba (2019), *uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas e nem permite que seja a responsabilização e não a moral, a criar novas configurações de poder do conhecimento.*

A escola como espaço público, produtor de saberes e culturas e que abriga uma enorme diversidade de cidadãos, tem o dever ético de proporcionar a equidade entre os indivíduos, acolhendo as diferenças e entendendo-a como um princípio de extrema importância para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual, firmando-se como lugar de potência para transformações sociais significativas.

Pensar uma educação e uma escola antirracista na primeira infância, se faz ainda mais urgente à medida que compreendemos o papel ativo das crianças na sociedade, detentoras de conhecimentos e multiplicadoras de saberes dentro e fora dos espaços educativos, no convívio com seus familiares e pertencentes a um contexto social. Uma proposta pedagógica antirracista na Educação Infantil colabora para a identificação, valorização dos sujeitos e também na construção das identidades infantis, além de favorecer para o reconhecimento da trajetória dos diferentes povos que formam um país e contribuir para a construção de um sentimento de pertencimento dos negros na sociedade.

Nesse contexto, faz-se necessário destacar o papel dos espaços educativos como possíveis palcos de reflexões e espaços potencialmente capazes de vislumbrar outros cenários e fomentar a possibilidade de novos contextos, percorrendo outros caminhos no combate ao racismo e à necropolítica, trabalhando ativamente para a construção de uma outra sociedade mais justa e democrática e assumindo a responsabilidade da transformação social.

“Entretanto, ao enfatizarmos os lugares das infâncias contemporâneas em tal cenário, sublinhamos o contexto nódulo que as crianças negras ocupam na necropolítica. Em outra via, as crianças compõem relevante aceno na formação de estratégias de tensão e de modificação nos quadros necropolítico”.

As crianças brasileiras nascem numa sociedade culturalmente racista e, ainda que negras, aprendem desde o início da sua existência, a prática do racismo. No entanto, suas infinitas possibilidades de aprendizagens, as coloca também como sujeitos potencialmente capazes de aprender a não exercer o racismo e, mais que isso, se apropriar do feito de combatê-lo ou quem sabe até extirpá-lo se a compreendermos como construtoras de uma nova dimensão de sociedade. Além disso, colocar as crianças em destaque na discussão dessa temática, é dizer o quanto os adultos precisam aprender com elas sobre vitalidade, ousadia e coragem para experimentar novas formas de viver e estar no mundo, pois elas, as crianças, subvertem a ordem, transcendem o olhar e desafiam o mundo!

Outro aspecto importante a ser considerado, trata-se de como uma criança branca é apresentada à realidade dos negros. Uma criança branca considera a existência de uma criança negra? Se reconhece tão criança como a criança negra?. É preciso que os educadores estejam atentos de modo a não alimentar a segregação culturalmente já existente.

Nessa perspectiva, Kilomba (2019) destaca:

*Antes de uma criança negra ter lançado o olhar para uma pessoa branca, ela já foi bombardeada com a mensagem de que a branquitude é tanto a norma quanto superior, diz Fanon. Revistas, quadrinhos, filmes e televisão coagem a criança negra a se identificar com outros brancos, mas não consigo mesma. A criança é forçada a criar uma relação alienada com a negritude, já que os heróis desses cenários são brancos e as personagens negras são personificações de fantasias brancas. Apenas imagens positivas, e eu quero dizer imagens “positivas” e não “idealizadas” da negritude criadas pelo próprio povo negro, na literatura e na cultura visual, podem desmantelar essa alienação.*

A obrigatoriedade da escolaridade a partir dos 4 anos destaca o valor da educação infantil e a coloca numa posição de extrema importância no combate ao racismo, onde torna-se possível desconstruir uma cultura de tradições racistas e contemplar com equidade e igualdade todas as infâncias brasileiras, incluindo meninos e meninas negros, conscientes de que a existência dessa pauta nos contextos das creches e pré-escolas brasileiras corroboram para aceitação da própria imagem, para a construção de uma identidade racial firmada na valorização do negro, para a potencialidade da capacidade intelectual de todos os indivíduos independente das cor da sua pele, para a fluidez na socialização e potencialização da autoestima, para o combate à discriminação e à violência contra pretos e pobres, para a diminuição nos índices de violência contra negros, entre outros fatores. Um processo educacional para crianças pequenas que desconsidera a raça como elemento constitutivo do cotidiano impõe, em especial às crianças negras, várias situações de racismo. Elas envolvem preconceito, discriminação, exclusão, desrespeito, desqualificação e negligência, revelando-se tanto nas interações entre as crianças e seus pares quanto entre os educadores e as crianças.

Diante deste cenário, a Pré-escola Cantinho Feliz, ao longo dos últimos anos, vem promovendo uma série de ações entre crianças e adultos que colocam em voga a pauta antirracista, produzindo reflexões importantes com todo o corpo escolar (alunos, educadores, gestores e famílias) a respeito dessa temática.

A formação continuada e em serviço de todos os envolvidos no processo educativo tornou-se uma constante e todo tempo coloca-se em pauta a importância de uma educação preocupada em firmar a equidade entre os sujeitos e combater de forma veemente o racismo. São realizados encontros, jornadas pedagógicas, reuniões, entre outras ações que permitem aos educadores uma reflexão sobre a sua prática pedagógica, bem como sua maneira de ser, estar e agir no mundo no que se refere às questões pontuadas nesse texto. Cabe então, a necessidade de reconhecer que não incluir a raça como uma variável fundamental na formação dos profissionais da educação infantil permite que crianças negras deixem de ser protegidas. Além disso, a construção da identidade positiva das crianças, prevista inclusive nos princípios éticos da educação infantil, é negligenciada.

Entendemos então que as formações voltadas à educação das relações étnico-raciais, levando educadores a mudar suas práticas e a estarem mais atentos às necessidades pedagógicas que respeitem a identidade racial negra, são fundamentais, tornando-se clara a importância da ação de profissionais da educação organizando ambientes seguros e livres de discriminação.

Não obstante à formação continuada dos educadores, entendemos também da necessidade de colocar em voga a temática da pauta antirracista para pais, responsáveis e familiares de modo geral, promovendo ações que favorecem encontros para se debater, dialogar, refletir e pensar estratégias a respeito desse tema, na perspectiva de que o convívio das crianças no seu ambiente doméstico seja também favorável à mudanças positivas no que se refere ao posicionamento diante do racimo estrutural instituído em nossa sociedade. A luta antirracista, é uma luta de todos, pois como nos diz Diangelo (2020), não basta que os brancos não sejam racistas, é preciso que todos sejam antirracistas”

**Sobre o Instituto Trilho:**

Fundado em 22 de setembro de 1997, o Instituto Trilho é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e apolítica e tem como missão articular meios que promovam o desenvolvimento social e humano das famílias em situação de vulnerabilidade social que vivem no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro e em Três Rios, no interior do Estado.

Com o objetivo de melhorar as condições de vida da população residente de Santa Teresa, o desenvolvimento do trabalho do Instituto Trilho surge como ferramenta para fomentar o fortalecimento das famílias, nos níveis social, econômico e afetivo, estimulando assim, sua autonomia.

Os projetos desenvolvidos ao longo de 25 anos pelo Instituto, têm o propósito de promover o desenvolvimento integral das famílias e acontecem de forma planejada, sistemática e continuada articulando com as instituições de Santa Teresa e do Rio de Janeiro, afim de consolidar o trabalho de promoção da cidadania e de enfrentamento das desigualdades sociais. Para isso, conta com a colaboração de alguns parceiros da iniciativa pública e privada. Os projetos desenvolvidos são divididos em quatro áreas de atuação: educação, saúde, capacitação profissional/geração de renda e cidadania.

O bairro de Santa Teresa está localizado na zona central do Rio de Janeiro, sua localização permite o acesso por vários pontos da cidade. A região já foi reduto da antiga aristocracia carioca e por isso mesmo podemos observar grandes casas e mansões ainda existentes, porém, por volta das décadas de 40 e 50 pelo êxodo rural, deu-se início a construção de favelas no bairro.

Segundo dados do Censo 2010/IBGE, o bairro de Santa Teresa ocupa uma área de 515,71ha, na região central do Rio de Janeiro, faz fronteira com 11 bairros e possui uma população residente de 40.926 habitantes. A população residente das favelas soma 12.841 moradores e estão distribuídos em 19 comunidades, uma ocupação correspondente a 329.578 m², apesar dos dados registrados pela associação de moradores considerar um número muito maior.

As comunidades localizadas no bairro de Santa Teresa, são caracterizadas pela forte influência de violência derivada do tráfico, com poucas ações do Estado e um grande número de mulheres, chefes de família, de baixo nível de escolaridade e com poucas oportunidades de emprego. São inúmeras dificuldades de acesso a serviços básicos e uma gama de direitos ignorados e por muitas vezes violados, fatores estes, que dificultam cada vez mais o fortalecimento do sujeito como ser social. Com o propósito de promover o desenvolvimento social e humano das famílias residentes das comunidades de Santa Teresa, o trabalho do Instituto Trilho surge como ferramenta para construção de oportunidades de inclusão social.

**Sobre a Creche Cantinho Feliz de Santa Teresa:**

Trata-se do maior projeto em número de atendidos do Instituto Trilho. Atualmente a Cantinho Feliz funciona em horário integral de 8h às 17h. Atende 100 crianças que estão divididas por idade em 4 turmas (MAT I; MAT II; PRÉ I; PRÉ II) de 25 alunos cada. As turmas iniciais, MAT I (2-2 anos e 11 meses) e MAT II (3-3 anos e 11 meses) possuem um professor e dois auxiliares de sala atuando em cada turma, enquanto o PRÉ I (4-4 anos e 11 meses) e PRÉ II (5-5 anos e 11 meses) possuem um professor e um auxiliar de sala cada. Há ainda um professor volante que faz o suporte onde for identificada a necessidade e está habilitado para atuar em qualquer turma que necessite da sua intervenção. São oferecidas 4 refeições diárias que obedecem a um cardápio equilibrado com a supervisão de uma nutricionista e atividades extras como capoeira, aulas de informática; aulas de artes e educação ambiental. Todas atividades respeitam um cronograma com horários definidos previamente no planejamento de forma a contribuir para organização da instituição e desenvolvimento educacional dos alunos.

Constituem a equipe gestora da Pré-escola Cantinho Feliz uma diretora e uma coordenadora pedagógica que norteiam as práticas educativas e pedagógicas da instituição e o seu funcionamento. Também compõem o quadro da pré-escola a equipe psicossocial, formada por uma psicóloga e uma assistente social. O trabalho desenvolvido por essas profissionais consiste em atuar junto à equipe gestora, em reuniões com a equipe pedagógica, com os responsáveis, na elaboração de relatórios e jornadas pedagógicas. Realizam ainda oficinas, encaminhamentos para a rede, oferecem suporte psicossocial às famílias, garantindo apoio para solucionar impasses institucionais com crianças e seus familiares. As famílias são acompanhadas pela equipe psicossocial ao longo de toda a trajetória da criança, após sua entrada na pré-escola.  Este acompanhamento acontece a partir de entrevistas iniciais de anamnese para colher dados sobre desenvolvimento das crianças, suas questões relacionais e emocionais, e das entrevistas de verificação do perfil socioeconômico das famílias, que são realizadas no ano de entrada da criança e de saída, para que possamos traçar uma comparação e verificar se houve transformação social neste período.

Na rotina de atividades da Cantinho Feliz está previsto a Jornada Pedagógica uma vez ao mês, é um momento em que toda a equipe partilha ideias, ensinam e aprendem na coletividade, com o propósito de promover o fortalecimento do processo educativo. O tema escolhido é um convite à comunidade escolar para evidenciar práticas educativas na perspectiva das diversas linguagens e áreas do conhecimento. Além das Jornadas mensais, ao início de cada semestre é previsto uma capacitação maior que prevê encontros de formação de toda equipe da Cantinho Feliz com profissionais de diferentes áreas, para tratar de diferentes temáticas que transitam pelo universo infantil e não obstante pelo mundo dos adultos. A esses encontros de formação que vamos nos ater ao relatara experiencia com o Instituto PROMUNDO.

As ações da Pré-escola Cantinho Feliz são direcionadas não só para as crianças, mas também para seus familiares e oferecem atividades de educação, saúde, cidadania e geração de renda por meio de oficinas técnicas de bordado e costura; encaminhamentos para cursos profissionalizantes externos, mercado de trabalho, ensino formal e serviços de saúde; atendimento psicológico individual e em grupo; encontros de educação e saúde.

**Sobre o Instituto Promundo:**

O Instituto Promundo é uma organização brasileira, sem vínculos institucionais com outras organizações estrangeiras, e trabalha para promover a igualdade de gênero e prevenir violência envolvendo homens e meninos em parceria com mulheres e meninas através de programas, campanhas e esforços baseados em pesquisas rigorosas.

Um dos programas encampados pelo Instituto Promundo é o PIA – Primeira Infância Antirracista que tem como objetivo chamar a atenção de profissionais brasileiros da educação, assistência social e saúde sobre os impactos do racismo no desenvolvimento infantil, além de garantir, de fato, um atendimento qualificado e humanizado, que leve em consideração as especificidades étnico-raciais das crianças e suas famílias, apoiando mães, pais ou cuidadores a exercer uma parentalidade positiva e estruturante das bases do desenvolvimento infantil.

Para garantir o pleno desenvolvimento de crianças em suas potencialidades, o racismo estrutural e institucional precisa ser enfrentado por toda a sociedade em um pacto coletivo: saúde, educação, assistência social, famílias e a sociedade como um todo, reconhecendo o problema e implementando práticas antirracistas.

Uma iniciativa do UNICEF Brasil em parceria com o Instituto Promundo, a estratégia PIA – Primeira Infância Antirracista consiste numa campanha de comunicação que oferece materiais informativos e indutores de práticas antirracistas nos diferentes serviços de atendimento às gestantes, crianças negras e indígenas de até 6 anos, além de suas famílias. É nesse contexto que está abrigada a parceria do Instituto Trilho com o Instituto PROMUNDO.

**Sobre as frentes de atuação:**

Pensar uma educação antirracista na educação infantil implica reconhecer as dimensões sociais, políticas, éticas, econômicas, pedagógicas e culturais das múltiplas infâncias que habitam as creches e pré-escolas, acatando a existência de crianças que exercem papéis vivos e dinâmicos no interim de suas famílias, na comunidade onde moram, no bairro que se situam, na cidade que os acolhe, nos espaços que frequentam, produzindo e reproduzindo cultura, transformando e sendo transformadas todo tempo.

Nesse sentido, o desafio está em pensar a Educação infantil e a criança para além dela mesma, para além dos muros de concreto das creches e pré-escolas, acolhendo amplitude dialética que existe entre os mundos que estão dentro e fora dos espaços de educação infantil. Nessa perspectiva, faz-se necessário pra pensar o trabalho de uma educação antirracista na educação infantil, convidar outros atores para protagonizar esse cenário que não só os profissionais envolvidos no trato com as crianças ou as próprias crianças em si. Era preciso, sobretudo, convidar pais, mães, responsáveis e tutores para refletir sobre suas paternidades e maternidades, pensando sobre suas ações e condutas na educação direta dos seus filhos e filhas no que diz respeito às questões de gênero, raça, cultura, etc. Enfim, fazia-se indispensável implicá-los nesse processo educativo e reflexivo que pretendia novas formas de agir, pensar e atuar na educação dos pequenos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90:

**Art. 22.** Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

**Parágrafo único**. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Esse olhar amplificado sobre a infância e o entendimento da importância do papel dos espaços de educação infantil no desenvolvimento integral dos sujeitos, despertou nos coordenadores e gestor ds projetos do Instituto Trilho, a necessidade parcerias com outras instituições que pudessem ofertar subsídios, recursos, materiais e a capacitação em serviço necessária para toda equipe do Instituto Trilho em busca de práticas sociais e educativas mais humanas, menos desiguais e em prol da equidade de gênero e de raça. Assim nasce a parceria entre o Instituto Trilho e o Instituto Promundo que se inicia no ano de 2022 e desdobrou-se em ações de diferentes naturezas e com diferentes focos de atuação as quais descreverei a seguir:

* **Capacitação de equipe**: Aconteceram uma vez a cada semestre e reuniu toda equipe da Creche e Pré Escola Cantinho Feliz e também os colaboradores dos demais projetos ofertados pelo Instituto Trilho. Esses encontros dividiam-se em dois momentos: um momento de aporte teórico sobre questões relacionadas ao racismo, à cultura hegemônica, a diferença de classes, a desigualdade social, entre outras, conduzidos à luz de pensadores e teóricos dessas temáticas. A partir daí fomentava-se discussões e reflexões pautadas nas próprias experiências dos participantes. Em roda, todos eram convidados a falar das suas experiências e das suas impressões sobre o tema. A partir daí, já num segundo momento, propunha-se uma dinâmica participativa onde tornou-se possível reflexões e compartilhamentos. O objetivo desses encontros estava no reconhecimento do racismo como estruturante da nossa sociedade, bem como afirmar a necessidade de combatê-lo de forma veemente, além de suscitar o desejo de pensar novas formas estratégias de ser e estar no mundo que significassem efetivamente uma prática antirracista nas ações de homens e mulheres, negros e brancos, educadores e familiares, nas suas ações do cotidiano, sobretudo e inclusive nas práticas educativas realizadas junto às crianças e também por seu familiares como responsáveis por cuidá-los, protegê-los e educá-los.
* **Roda de Leitura:** As rodas de leitura aconteciam uma vez por semana inicialmente, no ano de 2022 com as crianças da pré-escola, nos grupamentos de Pré 1 e Pré 2. No ano de 2023, todos os grupamentos da creche e pré-escola participavam da Roda de Leitura. Essa iniciativa consistia na contação de histórias infantis pré selecionadas pela equipe do Instituto Promundo em parceria com a equipe de professores e coordenação da Creche Cantinho Feliz, com o objetivo de abordar temáticas que envolvessem equidade de gênero e de raça. Foram selecionadas previamente as seguintes histórias: Coisa de Menina (Pri Ferrari), Coisa de Menino (Pri Ferrari), Quinzinho (Luciano Ramos); O cabelo de Lelê (Valéria Belém); Confusão na Casa de João (Carolina Arcari); Pipo e Fifi (Carolina Arcari); Cara de que? (Ivanke e Mei); Tudo Bem Ser Diferente (Toddy Parr); Leleco (Caroline Arcari e Rodrigo Romão Xavier); Quem disse? (Caroline Arcari). As histórias eram contadas em roda, com a presença do livro, pelas mediadoras do Instituto Promundo. A ludicidade estava sempre presente nessas contações que contavam com a participação das contadoras com roupas personificadas e objetos que pudessem dar vida e cor às histórias. As contações duravam em média 30 minutos e se desdobravam em atividades que tinham por objetivo convidar as crianças a protagonizar encenações, brincar diante de espelhos, movimentar-se com cantos e danças, aprenderem jogos e brinquedos cantados, realizarem produções plásticas, participarem de brincadeiras coletivas, elaborarem diferentes situações onde a temática racial e de gênero estivessem presentes, utilizarem brinquedos, objetos e utensílios que remetiam às culturas de matrizes africanas ou que gerassem identificação pela imagem, tais como bonecas e bonecos negros, roupas e tecidos africanos, instrumentos musicais, entre outros que passaram a fazer parte do cotidiano em diferentes espaços, tais como salas de referência, pátio, casinha de bonecas, biblioteca, brinquedoteca, sala de dramatização, etc.. Os livros das histórias selecionadas ficavam todo o tempo disponíveis e acessíveis às crianças no acervo de livros que ficava nas salas de cada grupamento, de modo que as crianças, sempre que desejassem, tivessem contato com essas histórias.
* **Programa P:** Esse programa acontece em parceria com o Instituto Promundo e tem esse nome por se tratar de um programa para a figura masculina da paternidade. Configura-se em encontros mensais, onde participam os pais homens das crianças matriculadas na creche Cantinho Feliz. Esses encontros são mediados por uma figura também masculina e não é permitida a participação das mulheres. É um espaço de escuta e troca entre os pais sobre diferentes assuntos que atravessam a paternidade. O Manual do Programa P disponibiliza estratégias e atividades para engajar os homens na paternidade e no cuidado, envolvendo-os desde a gravidez até a primeira infância de seus filhos. Trabalhar com homens enquanto pais é um ponto de entrada importante para discutir assuntos sensíveis sobre normas tradicionais de gênero e seus impactos negativos nas comunidades. Por meio de guias, dramatizações e atividades práticas (como aprender a mudar fraldas), homens e mulheres são incentivados a discutir e desafiar normas de gênero desiguais e a adotar comportamentos mais positivos nas suas famílias e comunidades. Ao final de oito encontros, os participantes são certificados pelo Instituto Promundo e alguns pais são convidados a serem multiplicadores do programa no ano seguinte ou até mesmo em outras instituições.
* **Programa M:** Realizado através da parceria entre o Instituto Trilho e PROMUNDO, são grupos de debates dirigido a mulheres, com foco nos papéis equitativos de gênero, no empoderamento em contextos de relações interpessoais, saúde e direitos sexuais e reprodutivos. O Programa M procura incentivar o questionamento sobre normas de gênero entre mulheres. Foi desenvolvido com o objetivo de trabalhar com mulheres, na promoção da saúde e empoderamento através de reflexões críticas sobre gênero, direitos e saúde. Sua metodologia combina oficinas educativas com campanhas de sensibilização desenvolvidas por jovens que procuram promover atitudes equitativas de gênero entre mulheres e maior autonomia em relacionamentos interpessoais.

**Sobre impactos desdobramentos:**

As ações realizadas através da parceria entre o Instituto PROMUNDO e o Instituto Trilho, converteram-se em mudanças de atitudes hábitos e comportamentos por parte de toda a comunidade escolar. Embora não tenha havido um estudo consistente ou uma pesquisa para levantamento de dados quantitativos, foi possível perceber mudanças positivas no comportamento dos pais, das mães, dos responsáveis, dos tutores, dos educadores e de todos os envolvidos no trato direto com as crianças e também dos demais funcionários do Instituto Trilho. Por conseguinte, foi possível perceber nitidamente uma mudança no comportamento das crianças que passaram a se perceber, nomear e identificar, valorizando suas características individuais e sentindo-se pertencidas. Escolher bonecos e bonecas negras, brincar diante do espelho, priorizar histórias com personagens negros e negras, reconhecer-se e identificar-se com imagens e fotografias, foram ações possíveis de se observar no cotidiano das crianças na creche e na pré-escola.

Através de relatos trazidos pelos pais, foi possível percebê-los mais atuantes em suas paternidades, mais presentes e participantes do cotidiano da creche e da pré-escola, interessados e envolvidos em questões que permeiam o universo infantil. Pais de meninas relataram que passaram a participar de momentos do cotidiano das filhas, tais como pentear cabelos e banhar. Pais de meninos relataram estar mais atentos ao verbalizar ou praticar ações de cunho machista o preconceituoso.

Muitas mães nos trouxeram notícias de mudanças de comportamento dos pais de seus filhos e filhas, percebendo-os como mais presentes e atuantes. Bem como também nos disseram sobre suas próprias mudanças de comportamento, permitindo maior participação dos pais de seus filhos e filhas da condução da educação dos mesmos.

Um estudo aprofundado dos impactos quantitativos e qualitativos desses programas na vida cotidiana de todos os participantes seria muito frutífero pra orientar condutas e ações em outras instituições públicas ou privadas. Pensa-se futuramente em parcerias com universidades e/ou pesquisadores que se interessem pelo assunto.

**Considerações fanais**

Chegamos a um momento da nossa existência onde não é mais possível deixar passar ao largo questões tão vivas e latentes tais como racismo, homofobia, desigualdade de classes, xonofobia, bulling, preconceito, entre outras. Essas questões habitam a vida de homens e mulheres, jovens e crianças, velhos e velhas, constituem e são constituídas por esses atores sociais. Os espaços educativos, por sua vez, não podem se eximir da sua responsabilidade de servir de palco de atuação para diálogos, debates, trocas de experiências e enfrentamentos a respeito dessas temáticas. Essas práticas fomentam reflexões importantes e produzem transformações significativas na vida dos indivíduos, movimentando, produzindo e reproduzindo cultura.

As crianças não nascem preconceituosas, racistas, violentas, machistas ou qualquer outra característica dessa natureza. Elas aprendem essas práticas na relação com aqueles que os educam e orientam, no cotidiano das suas práticas educativas e sociais, na convivência com outros sujeitos. Da mesma maneira que aprendem essas práticas, podem aprender outras, de caráter mais humano e igualitário. Mas para que elas aprendam, precisamos nós adultos também aprender, para assim, ensiná-las. É preciso desconstruir conceitos, refletir sobre nossas ações, pensar novos caminhos e estratégias, enfim, (des) construir trajetórias!

Como nos diz Esposito (2010), nos propomos a pensar o governo das infâncias negras e o modo como elas são entregues a uma política da morte, a qual se instalou em nosso país desde a sua fundação e se sustenta num “passado que não passou” e que, portanto, se atualiza todos os dias, nas mais variadas formas de discriminação racial e de preconceitos que produzem a morte simbólica e concreta de pessoas negras.

Atuar na construção de novas trajetórias das infâncias, de modo a proteger as crianças, sobretudo as crianças negras das políticas de morte simbólica e física que açoitam os corpos é o caminho para um mundo melhor. Para tanto, é preciso produzir formas mais humanas de existir dos próprios educadores e das famílias, garantindo dignidade e valorização a toda e qualquer forma de existência.

Iniciativas como as que emergiram da parceria entre o Instituto Trilho e o Instituto Promundo podem servir como uma orientação em busca de caminhos possíveis para pensarmos em novas formas de educar nossas crianças dentro e fora dos espaços de educação, vislumbrando um mundo mais justo, menos violentos e desigual, onde todos os sujeitos possam ter assegurado o seu direito de existir com dignidade e equidade. Além disso, faz-se necessário refletir sobre a necessidade dos espaços educativos buscarem e estreitarem parcerias com outros espaços e instituições, com as famílias, com toda a comunidade escolar, reconhecendo a importância da construção de redes sustentadas no tripé educação, saúde e assistência.

**Bibliografia:**

ARAÚJO, Vania Carvalho de. Pensar a Cidade, as crianças e sua Educação. Santa Maria, v. 43, n.2, p.207-222, abr./jun.2018

AGAMBEN, G. Identidade Sem Pessoa. In: Aganben, G. Nudez. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BRASIL. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http//www.planalto.gov.br]ccivil\_03/LEIS/L8069.htm#art22>.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

ESPOSITO, R. Bios: Biopolítica e filosofia. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Trad: Renato da Silveira. Salvador. EDUFBA, 2008.

Frenette, M. Preto e Branco: a importância da cor da pele. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

 GONZALES, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org: Flávia Rose e Marcia Lima. AZAHAR, 2020. HOOKS, Bell. (2013). Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. (1a ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes: 2006.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. SANTOS, Boaventura de Sousa. O Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul. Almedina. 2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo; n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado da exceção, política de morte. Trad. Renata Santini. São Paulo:n-1 edições, 2018 b.

NOGUEIRA, Renato. Necroinfâncias: porque as crianças negras são assassinadas? Portal Lunetas. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>

NOGUEIRA, Renato. O Poder da Infância: espiritualidade e política em afroperspetiva. Momento: diálogos em educação, v.28, n.1, p.127-142, jan/abr.2019b.

PASSETI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: Del Priore, Mary (org). Histórias das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

QVORTRUP, Jens. Nove Teses Sobre a “Infância como um Fenômeno Social”.Pro-posições, Campinas, v.22, n.1, p. 199-211, abr. 2011.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Olhando como Coraçãoe Sentindo com o Corpo Inteiro no Cotidiano Escolar. In Santos, Rafael dos (org.). Multiculturlismo: mil e uma facesda escoa. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VARGAS, João Helion Costa. Por uma mudança de paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. In: Flauzina, Ana Luiza Pinheiro; Vargas, João Helion Costa (org.). Motim: horizontes do genocídio negro. Brasília: Brado Negro, 2017. P. 91-105.